

## **Justificativa para Revogação da Concorrência Eletrônica nº 02/2025**

A Concorrência nº 02/2025 foi lançada com a finalidade de contratar serviços de engenharia, conforme descrito em seu objeto. O edital do certame previu expressamente a inversão das fases de habilitação e julgamento das propostas, uma prática permitida pela Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos (Lei nº 14.133/2021), sob certas condições.

A inversão de fases em procedimentos licitatórios, onde a habilitação ocorre antes do julgamento das propostas, é uma ferramenta que visa otimizar o processo e garantir maior eficiência. Conforme o §1º do Artigo 17 da Lei nº 14.133/2021, essa inversão é permitida desde que haja ato motivado, previsão expressa no edital e demonstração do benefício da inversão.

Os benefícios dessa prática incluem a melhoria na qualidade da fase de lances, a prevenção de distorções competitivas e o aumento do controle e previsibilidade do certame, especialmente em casos com histórico de alta inabilitação de licitantes. Para sua aplicação, são requisitos a justificativa técnica no processo, a previsão expressa no edital e a fundamentação clara sobre os benefícios esperados.

Foi constatado que, embora o edital da Concorrência nº 02/2025 tenha previsto a inversão de fases, o cadastro do procedimento no sistema não refletiu essa opção (prints abaixo). Essa divergência configura um vício insanável no procedimento licitatório, pois compromete a segurança jurídica, a isonomia entre os licitantes e a transparência do processo.

Print Edital



**CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 02/2025**  
**Processo Administrativo Nº 040/2025**  
**EDITAL COM INVERSÃO DE FASES**

A Câmara Municipal de Balsas – MA, torna público para o conhecimento dos interessados, que fará realizar, sob o regime da Lei nº 14.133/2021, da Lei Complementar nº 123/2006 alterada pela Lei Complementar nº 147/2014, e, de outras normas aplicáveis ao objeto deste certame, fará realizar licitação na modalidade CONCORRÊNCIA na forma ELETRÔNICA mediante as condições estabelecidas neste Edital.



**ÓRGÃO GERENCIADOR**  
Câmara Municipal de Balsas



**OBJETO**  
Contratação de empresa de engenharia para execução de obra para ampliação da sede administrativa da Câmara Municipal de Balsas.

Print sistema

operacao.portaldecompraspublicas.com.br/3/Pregoes/DadosPregao/?idA=Edit&ttCD\_CHAVE=414468

Validação de Identidade Sair Adobe Acrobat

Raimundo Nonato Pereira dos Santos - Comprador Alterar Senha Sair

09:06:13  
Eix. Uto de Brasília

**PORTAL**  
de compras públicas

**Educação à Distância**

Página Inicial

Pregoeiro

- Cadastrar Novo Processo
- Processos
- JRP
- Validar Importação de Processo
- Sessões Públicas
- Cotações em Andamento

Olá, Precisa de ajuda? Os

- Intenções de Recurso
- Recursos e Contrarrazões
- Pedidos de Esclarecimento

**Envie um WhatsApp**

**CENTRAL DE AJUDA**

**Envie um WhatsApp**

**CENTRAL DE AJUDA**

<p><b>Numero:</b> 02/2025</p> <p><b>Modalidade/Proc. Aux:</b> Concorrência por Menor Preço</p> <p><b>Legislação Aplicada:</b> Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 - Nova Lei de Licitações</p> <p><b>Numero de Referência:</b> 02</p> <p><b>Inversão de Fase:</b> Não</p> <p><b>Orgão:</b> Câmara Municipal de Balsas</p> <p><b>Município/UF:</b> Balsas/MA</p> <p><b>Garantia de Proposta:</b> Não</p> <p><b>Id do Processo:</b> 414468</p> <p><b>Casas Decimais:</b> Duas Casas</p> <p><b>Valor do Intervalo de Lances (R\$):</b> 10,00</p> <p><b>Equipe de Apoio:</b> David Israel Coelho Netto</p> <p><b>Autoridade Competente:</b> Paulo Eduardo Coelho Júnior</p> <p><b>Dados do processo</b></p> <p><b>Data de Publicação:</b> 18/08/2025 19:29</p> <p><b>Início das Propostas:</b> 19/08/2025 08:00</p>	<p><b>Numero do Processo Interno:</b> 40/2025</p> <p><b>Situação:</b> Aberto / Publicado</p> <p><b>Legislação Aplicada:</b> Nova Lei de Licitações</p> <p><b>Ano de Referência:</b> 2025</p> <p><b>Unidade de Compra:</b> Câmara Municipal de Balsas</p> <p><b>Garantia Contratual:</b> Não</p> <p><b>Tratamento Diferenciado:</b> Ampla Competição</p> <p><b>Modo de Disputa:</b> Aberto</p> <p><b>Origem dos Recursos:</b> Próprio</p>
---	--

**Downloads do Edital Área (ambiente legado):** 18  
downloads efetuados

A análise da imagem do sistema de compras públicas revela que o campo "Inversão de Fase" está configurado como "Não". Em contrapartida, o "14. EditalConcorrencencia.docx" explicitamente declara na página 2, sob a seção "CRITÉRIOS ESPECÍFICOS DA CONTRATAÇÃO", a informação "HAVERÁ INVERSÃO A FASE DE HABILITAÇÃO? SIM". Além disso, a página 3 do edital, no item 3.3, reforça que "o setor demandante optou pela inversão das fases do procedimento, de modo a priorizar a análise da habilitação das licitantes".



Essa discrepância clara e objetiva entre a previsão editalícia e o registro no sistema de compras públicas constitui um vício formal grave. Tal inconsistência pode gerar insegurança jurídica, prejudicar a compreensão dos licitantes sobre as regras do certame e, consequentemente, comprometer a competitividade e a lisura do processo licitatório. A inversão de fases é uma condição procedimental relevante que afeta diretamente a estratégia dos participantes, e sua correta publicidade e registro são essenciais para a validade do processo

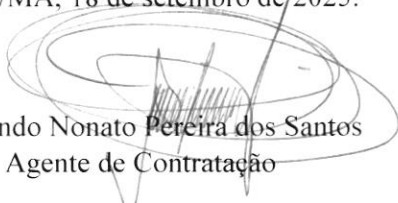
A ausência de conformidade entre o edital e o sistema pode gerar incertezas para os participantes, que podem se basear em informações conflitantes, e, em última instância, levar à anulação do certame por vícios na sua elaboração. A jurisprudência e a doutrina são unânimes em considerar que vícios na elaboração do edital ou o descumprimento de normas legais são motivos para a anulação ou revogação de licitações.

A revogação de uma licitação é um ato administrativo que invalida todo o procedimento, geralmente por motivos de conveniência e oportunidade, ou, como neste caso, por vício de legalidade. A Administração Pública possui o poder-dever de autotutela, que lhe permite anular seus próprios atos quando eivados de ilegalidade.

Diante da divergência entre o edital e o cadastro no sistema quanto à inversão de fases, a manutenção da Concorrência nº 02/2025 implicaria em um risco elevado de questionamentos judiciais e administrativos, bem como na possibilidade de seleção de uma proposta que não atenda plenamente aos princípios da administração pública. A revogação, neste cenário, é a medida mais prudente e legalmente adequada para resguardar a lisura e a validade do processo licitatório.

Em face do exposto, e considerando a divergência entre o edital da Concorrência nº 02/2025 e o cadastro do sistema no que se refere à inversão de fases, recomenda-se a revogação do certame. Esta medida visa corrigir o vício identificado, garantir a observância dos princípios da legalidade, isonomia e transparência, e evitar futuras contestações que poderiam comprometer a execução da obra. Um novo procedimento licitatório, com as devidas correções, deverá ser instaurado.

Balsas/MA, 18 de setembro de 2025.



Raimundo Nonato Pereira dos Santos  
Agente de Contratação